



Número: **5071521-44.2019.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **06/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 2.000.000.000,00**

Processo referência: **5026408-67.2019.8.13.0024**

Assuntos: **Mineração, Brumadinho, Mariana**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
Ministério Público - MPMG (AUTOR)	
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (AUTOR)	
ESTADO DE MINAS GERAIS (AUTOR)	
	MARIO EDUARDO GUIMARAES NEPOMUCENO JUNIOR (ADVOGADO) LYSSANDRO NORTON SIQUEIRA (ADVOGADO) CASSIO ROBERTO DOS SANTOS ANDRADE (ADVOGADO) SERGIO PESSOA DE PAULA CASTRO (ADVOGADO)
VALE SA (RÉU)	
	ANA JULIA GREIN MONIZ DE ARAGAO (ADVOGADO) HUMBERTO MORAES PINHEIRO (ADVOGADO) MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO (ADVOGADO) WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO) FLAVIO MARCOS NOTINI DE CASTRO (ADVOGADO) OCTAVIO BULCAO NASCIMENTO (ADVOGADO)

Outros participantes	
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (TERCEIRO INTERESSADO)	
	MARCELO KOKKE GOMES (ADVOGADO) MARCUS VINICIUS PEREIRA DE CASTRO (ADVOGADO)
Advocacia Geral do Estado (TERCEIRO INTERESSADO)	
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (TERCEIRO INTERESSADO)	
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO EM MINAS GERAIS (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
163706983 1	02/12/2020 23:07	<a href="#">ANEXO I- Cartas das Comunidades R4</a>	Documento de Comprovação

## **CARTA DA COMUNIDADE DE ANGUERETÁ À VALE E AO JUIZ**

Nós, comunidade de Angueretá, localizada no município de Curvelo, próximo ao rio Paraopeba e uma referência de passagem de diversos turistas e pescadores que tinham o rio como principal atrativo, manifestamos nossa profunda insatisfação em relação a Vale. Todo distrito de Angueretá foi afetado com o rompimento da barragem da Vale especialmente quanto às diversas atividades econômicas que existiam na região devido à presença constante de turistas que tinham como destino o rio, principalmente a pesca. As famílias que residem na área rural de Angueretá tem sofrido muito também com a questão da água.

Vivemos de produção de lavouras e hortas, da criação de gado e vacas leiteiras, e produção de quitandas e doces diversos. Questionamos a afirmação da Vale na última audiência judicial ocorrida no dia 06 de outubro em que disse ao juiz que não estava fornecendo água para as pessoas atingidas por não encontrar a localização das casas destes. Temos vivenciado o descaso e negligência da Vale, pois grandes fazendas próximas a nossas residências tem sido assistidas pela Vale enquanto que nós fica apenas as afirmativas insistentes dos funcionários terceirizados da Vale quando vem à região e do 0800 da Vale, de que não temos direitos. Muitos de nós fomos submetidos a situações de humilhação e descaso também por parte dos funcionários de terceirizadas da Vale que além de alegar que não temos direitos que tínhamos que furar poços artesanais como se tivéssemos condições financeiras e desconsiderando que todos nossos problemas com a questão da água veio após o rompimento. Somos uma comunidade com poucas residências e há algumas pessoas sendo atendidas pela Vale na região.

Além de não nos fornecerem ração e silagem e quando o fazem não é em quantidade suficiente, também temos que ficar insistentemente solicitando água. É muito humilhante e estressante. A insegurança quanto a não ter água para beber e produzir faz com que não tenhamos sossego e tranquilidade. O rompimento também nos roubou isso. Por isso também solicitamos que esta carta chegue ao juiz, que seja anexada ao relatório a ser realizado durante o Trabalho de Campo. Pois ainda confiamos na justiça e esperamos que tenhamos o que nos é de direito.

### **É nosso direito ter água para consumir e produzir!**

As propriedades localizadas na área rural utilizavam as águas do rio Paraopeba para a maioria das atividades produtivas. O abastecimento humano nas propriedades ocorre por meio de cisternas ou poços artesanais particulares. Mas, desde o rompimento toda a dinâmica produtiva na região foi afetada. Além da maioria das pequenas e médias



propriedade não estarem recebendo água (nenhuma ou insuficiente), há uma insegurança quanto a qualidade da água das cisternas e poços artesianos, assim como do córrego. As cisternas localizam-se próximas ao rio Paraopeba e ao córrego do Rudrigo que é um dos afluentes do Paraopeba. Quando chove as águas do rio Paraopeba sobem para o córrego do Rudrigo além de chegar mais próximo à muitas cisternas chegando a cobrir algumas. Consideramos no mínimo questionável o critério de 100m para o limite de cisternas e poços que possam estar contaminados. Questionamos também a forma dessa medição realizada pela Vale, pois desconsidera a dinâmica das águas do rio na chuva e seca. Questionamos também a afirmação da Vale (por meio do 0800 ou por meio das falas dos funcionários das terceirizadas da vale) de que as pessoas que tem a casa localizada a mais de 1km do rio que não tem direito a receber água. Muitas casas não estão a mais de 1km mas as atividades produtivas dependiam do rio. A Vale, com o rompimento tirou não apenas o nosso direito de ter uma água potável para beber, mas também nosso direito de ter água para produzir nossas hortas, pomares, plantações e para os animais (porcos, galinhas, cavalos, gado de corte e leiteiro).

E enquanto nós, pequenos e médios produtores estamos sendo negligenciados, muitas vezes tratados desrespeitosamente pela Vale, assistimos grandes fazendas ao lado de nossas propriedades, receberem tudo o que lhes é de direito. Nós também temos direito! Temos direito de água para beber, consumir e produzir. Tiramos nosso sustento da terra e com o rompimento, sem água, temos nosso sustento comprometido.

## **Demandas**

Diante de todos os impactos e danos que temos que nós, comunidade de Angueretá, temos sofrido a partir do rompimento da barragem da Vale e cientes de nossos direitos, demandamos que:

- A Vale com seus recursos fure poços artesianos que atenda as propriedade rurais e instale bombas responsabilizando-se pelo custo também energético até que a água do rio Paraopeba seja comprovada, tecnicamente, própria para consumo animal e irrigação de plantas.
- Forneça e instale caixas d'água e bebedouros nas propriedades rurais e que estas sejam devidamente abastecidas de acordo com as demandas de água das famílias considerando seus processos produtivos que estão fortemente comprometidos depois do rompimento da barragem e não atendimento ou atendimento insuficiente da Vale.
- Forneça água mineral para a comunidade que reside na área rural com entrega domiciliar regularmente e de acordo com a demanda de cada família.
- Financie a realização regular de análises técnicas independentes das águas no córrego do Rudrigo, Rio Paraopeba, cisternas e poços artesianos de toda a





comunidade rural.

- Quanto às referidas análises técnicas, que sejam realizadas de forma dialogada e transparente, divulgando-se os resultados tão logo eles existam, não a bel prazer da empresa;
- Realize a manutenção periódica das estradas da comunidade, pois o trânsito dos caminhões a serviço da Vale tem danificado consideravelmente as estradas.

Pompéu, 11 de novembro de 2020.

Comunidade atingida de Angueretá





## CARTA DA COMUNIDADE DE CACHOEIRA DO CHORO

Nós, comunidade de Cachoeira do Choro, localizada às margens do rio Paraopeba, no município de Curvelo, éramos uma referência de turismo e lazer na região devido ao rio. Toda Cachoeira do Choro foi impactada com o rompimento da barragem da Vale. O que nós tínhamos de melhor na Cachoeira era nossa água. Somos uma comunidade diversa com rancheiros e moradores, pessoas que viviam do comércio, da produção de seus quintais e alguns com gado que pastava solto. Muitos trabalhamos a vida toda para realizar o sonho de viver perto do rio com tranquilidade e qualidade de vida. E a Vale nos tirou isso depois do rompimento da barragem.

### **Temos direito a água e de qualidade! E temos direito a informação e transparência!**

A comunidade da Cachoeira do Choro é abastecida principalmente pelo poço artesiano da Copasa que localiza-se muito próximo do rio. O rompimento da barragem da Vale fez com que a água que recebíamos em nossas casas, mudasse completamente em questão de qualidade. Constantemente escura, turva, com mal cheiro. Temos percebido um lodo marrom escuro até na vela de nossos filtros bem diferente em cor e quantidade desde que houve o rompimento.

Nos primeiros meses após o rompimento, os problemas com essa água de péssima qualidade era amenizado pelo cumprimento parcial da obrigação de fornecimento de água mineral e potável pela Vale S/A, apesar de sempre termos sofrido com a desorganização e individualização dessa demanda, que é de toda a comunidade. A Vale S/A, devido à reconhecida dificuldade que passamos, chegou a distribuir até mesmo as caixas d'água que possibilitam a logística da entrega de água pelo caminhão pipa, e logo depois negar o fornecimento de água para essas mesmas pessoas. Com o passar do tempo e à medida que o rompimento da barragem de Brumadinho foi perdendo apelo e visibilidade na mídia, Cachoeira do Choro foi deixada à míngua.

Nossa água não retornou ao que era antes, continuamos observando a mesma cor e mal cheiro estranhos, mas a empresa começou a diminuir a frequência de entrega de água para uns e simplesmente cortar para outros. Quando ligamos para a Vale S/A para entender o que está acontecendo e relatar a falta de água, muitas vezes não obtemos resposta e não somos atendidos. Quando muito, a Vale S/A alega que cortou a entrega de água mineral e reduziu a entrega de água potável para de 5 em 5 dias, porque as pessoas de Cachoeira do Choro estão gastando água demais! Ou, pior ainda, é dito que temos que aproveitar a pouca água que é fornecida enquanto podemos, porque a Vale S/A não irá mais efetuar as entregas.

De uma hora para outra e depois de muita propaganda na TV, passaram a dizer no 0800 da empresa, que na verdade a responsabilidade é da Copasa. Estavam fazendo caridade até então?

Quem define isso? Quem define quando a Vale S/A não precisa mais arcar com as consequências hídricas do rompimento em Cachoeira do Choro? Quem define o quanto uma família aqui precisa para beber e para realizar as atividades domésticas e produtivas?



Enquanto isso, animais morrem e vendemos nossas criações por falta d'água, perdemos nossas hortas e todas as atividades econômicas da comunidade sofrem perdas irreparáveis. Isso porque, além da água do poço que era usada para o consumo humano na comunidade, há moradores que tinham seus quintais produtivos que usavam a água do rio Paraopeba para a criação de aves, regar hortas e pomares e que tinham o gado que pastava solto na beira do rio e bebendo água. Sem o fornecimento de água pela Vale, ou a inconstância desse fornecimento, muitas atividades produtivas ficaram inviáveis.

Perdemos renda e perdemos nossa soberania alimentar pois a Vale não nos atende fornecendo água e na quantidade que nossa comunidade com sua diversidade necessita (sitiantes, moradores, produtores). Não aguentamos mais sermos desrespeitados nos canais de atendimento da empresa e muitos moradores já perderam a esperança, estão abandonando a comunidade para evitar prejuízos ainda maiores. Dos que ficaram, muitos de nós, sitiantes e outros moradores, que trabalharam sua vida inteira para ter um canto de sossego e paz, depois do rompimento temos vivido um pesadelo.

Também queremos deixar claro que nossa situação não é segredo nem novidade para ninguém, além das questões econômicas e de soberania alimentar, vários casos de infecção gastrointestinal e problemas de pele aumentaram após o rompimento e foram devidamente registrados e notificados. Sem apoio, mesmo em meio a todas as perdas econômicas já relatadas, muitos estamos COMPRANDO água mineral devido aos constantes relatos de prejuízo à saúde. Mostramos fotos, mostramos amostras de água, já tentamos de tudo com os representantes da empresa que conhecem a situação e estão constantemente em nossa comunidade.

Questionamos também a medição do poço pela Vale como menos de 100m do rio. O poço está tão próximo do rio que na época de chuva é comum a água encobri-lo. Todos os funcionários que vieram aqui na Cachoeira do Choro tem consciência disso, por isso vemos como má fé a atitude da empresa.

Queremos também ressaltar que em meio a tanta dor e desrespeito, ainda somos bombardeados por mais incertezas disseminadas pela Vale e que geram grandes consequências em nossos territórios. As reportagens que a Vale tem colocado na mídia não são sobre reparação e nem emergencial, pois seguimos sofrendo no território enquanto uma das maiores mineradoras do mundo segue lucrando. Estamos condenados a pagar por um crime que não cometemos e a viver dentro de um filme feito pela Vale e que está começando a passar todos os dias nas propagandas na televisão e rádios. A nossa dor é mais intensa quando assistimos às PROPAGANDAS DA VALE.

Quando nossa água é cortada não conseguimos saber nem o motivo. Passamos o dia desesperados tentando falar no 0800 ou com as pessoas da Vale e nada. A Assessoria Técnica manda ofício e a Vale não tem um advogado capaz de dar uma resposta entendendo que do outro lado tem um ser humano sem água. Enquanto isso a gente liga a rádio, a televisão e só vê a propaganda da Vale no intervalo da novela.

Ainda em outubro, na sexta-feira dia 09, a Vale ligou para algumas lideranças dizendo que deixaria com elas brinquedos para as crianças. E pedindo que elas distribuíssem para as comunidades. Uma ação de propaganda que não informa, não ajuda, não resolve nada e tem potencial de gerar vários problemas para pessoas que receberam esta ligação e pedido de distribuir brinquedos, além de expor as lideranças em comunidades visto que em meio a

pandemia não foi tomado nenhum cuidado quanto a forma que seria distribuído os kits. Nem ao menos sabíamos se o número seria suficientes para as crianças das comunidades, o que poderia causar mais problemas locais e expondo as lideranças.

Nós estamos vendo o poder da Vale crescer muito no território nestas últimas semanas. A empresa usa meios e recursos para fazer propagandas que não são usados para trazer informação em prol dos nossos direitos e reparação. Já é um dano à nossa imagem ter sido atingido, precisar de medidas emergenciais. E agora ainda temos que lidar com a Vale usando de um grande poder que não informa direito, mente sobre nossa condição, divide as comunidades e aumenta os danos à nossa imagem, reputação e possivelmente até saúde.

Os problemas de água na Cachoeira do Choro não se resumem a poucos casos. E uma visita de poucas horas não irá abarcar o número e diversidade de problemas e situações que a Vale tem nos feito passar devido à falta de água ou péssima qualidade desta desde o rompimento. Mas, acreditamos na justiça e por isso solicitamos que esta carta seja anexada aos relatórios que a Vale fará durante o trabalho de campo hoje realizado.

## **Demandas**

Diante de todos os impactos e danos que nós, comunidade da Cachoeira do Choro, temos sofrido a partir do rompimento da barragem da Vale e cientes de nossos direitos, demandamos que:

- Terceirizadas da Vale que realizem qualquer tipo de atividade na comunidade, cumpram as medidas de segurança e saneamento, visto que não vem observando um protocolo COVID adequado.
- Que usem e forneçam, no contato, álcool gel.
- Que a rota e cronograma (frequência, data, horário) de entrega de água seja acordada com a comunidade, de forma transparente e pública.
- Que a quantidade e cronograma de água potável e mineral seja de acordo com a necessidade de cada família ou chácara, respeitando a diversidade de usos da terra (atividades produtivas, sítiantes aos fim de semana, dentre outros).
- Instalação de Novo poço e respectiva distribuição, a uma distância segura do rio.
- Acesso a informação e a todos laudos e análises de água produzidos em nossa comunidade, conforme acordado com a comunidade e em tempo real, não ao tempo e conveniência da empresa.
- Que as Comissões de Atingidos ao longo da Bacia possam ter o mesmo tempo de espaço nas rádios, tvs e demais mídias que a Vale.



- Que a Vale seja proibida de fazer propaganda enquanto as pessoas não tem água para beber pelo crime que ela cometeu.
- Que a Vale seja obrigada a usar os meios que usou em propagandas para trazer informações técnicas e sobre direitos. E que estas informações sejam aprovadas por uma Comissão com Atingidos, Instituições de Justiça e Assessorias Técnicas.
- Assim como acontece em propagandas de remédio e cigarros, que as propagandas da Vale tragam informações sobre deveres e direitos ao final, inclusive sobre qual condenação judicial a “propaganda” está relacionada.
- Que as informações sobre o programa de indenização apresentem também a possibilidade de participação no processo coletivo.

Curvelo, 12 de novembro de 2020.

Comunidade atingida de Cachoeira do Choro



## CARTA DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DO LARANJO À VALE E AO JUIZ

Nós, comunidades do Recanto do Laranjo e Fazenda Retiro do Laranjo, na região conhecida como Laranjo, situada às margens do rio Paraopeba, bem como Fazenda Capão, no município de Pompéu manifestamos nossa indignação diante da fala da empresa Vale que na última audiência judicial ocorrida no dia 06 de outubro que perante o juiz afirmou não estar fornecendo água para as pessoas atingidas por não encontrar a localização das casas destes.

Várias empresas terceirizadas da Vale estiveram em nossas casas em meados de 2019, cadastrando e inclusive georreferenciando-as, em muitas casas até mesmo fotografando. Consideramos essa afirmativa da empresa é desrespeitosa e revoltante. E nos causa estranhamento que uma empresa do porte da Vale possa usar de má fé dessa forma e ser incapaz de nos fornecer o que nos é de direito visto que todos os danos que temos passado devido ao não uso da água do rio, da impossibilidade de pescar e todo o impacto que houve na região por isso foi devido a um rompimento em que a empresa foi responsável. Um crime que poderia ter sido evitado e ainda assim a empresa segue violando nossos direitos, nos dizendo em diversos momentos que “não temos direitos”. O rompimento afetou drasticamente o dia-a-dia na região. As pessoas que têm as casas para descanso e lazer, não tem frequentado o Laranjo favorecendo inclusive o aumento de roubos na região. E as que residem tem medo de entrar na água do rio, medo de consumir a água do poço e muitos têm desenvolvido quadros de doenças físicas e mentais como depressão e ansiedade.

### **Temos sim direito a água!**

O Condomínio Recanto do Laranjo é abastecido por um poço privado localizado em uma propriedade particular, mas há um sistema de distribuição de água, hidrômetros e taxas para o consumo. Não existe um poço comunitário para abastecimento do loteamento do Recanto do Laranjo. Esse poço segundo a Vale está localizado a 170 metros do rio Paraopeba. Uma metragem questionável considerando a dinâmica do rio em épocas diferentes. E por isso quando há solicitação de água feita por pessoas atingidas no Recanto do Laranjo via 0800 ou por meio de funcionários de terceirizadas, a Vale alega que não temos direito à água porque temos água do poço que está “longe” do rio. Mas nunca tivemos comprovação segura de que a água do poço está potável. Apesar de de ter sido apresentado um laudo particular disponibilizado pelo proprietário do poço há muita insegurança por parte da comunidade, pois a água tem se apresentado turva, com um lodo marrom escuro, cheiro forte – como de algo podre – algo que não ocorria antes do rompimento da barragem. Há também casos de pessoas que ao ingerir a água do poço tem sentido enjoo, mal estar, dor de barriga e diarreia. Algo que também não ocorria antes do rompimento.

Há também uma preocupação com qualidade das águas do Rio Paraopeba. No período chuvoso a movimentação percebemos um acumulo de uma lama diferente às

margens do rio. Em muitos trechos o acesso ao rio tem sido difícil pela quantidade de lama, algo que não ocorria antes do rompimento. Além disso tem ocorrido morte e aborto de animais. O não fornecimento de água pela Vale ou a não periodicidade deste tem afetado toda a dinâmica de plantação de hortas e pomares na região, assim como a criação de animais. As pessoas não tem condições de pagar caminhão pipa. O rompimento da barragem da Vale tem causado diversas perdas na região e situações pelas quais nunca passamos devido ao não acesso a água. Por isso afirmamos que temos direito a água!

## **Demandas**

Confiando na justiça, e na dignidade de uma empresa de tamanho porte que vergonhosamente se nega a fornecer água a pessoas que foram atingidas por um rompimento causado por ela, e que afeta todas as atingidas na região do Laranjo, demandamos que:

- A Vale faça com seus recursos o cercamento das margens do rio de todas as propriedades na região do Laranjo, especialmente na Fazenda Capão do Laranjo considerando os vários abortos das vacas que tem ocorrido. Mas que garanta tanto para esta fazenda quanto para as demais o fornecimento de água para os animais por meio do fornecimento e instalação de caixas d'água e bebedouros com o abastecimento periódico até que se comprove que a água do rio Paraopeba seja seguro, próprio para a dessedentação animal e irrigação de plantações.
- A Vale faça com seus recursos um poço artesiano comunitário que seja da e para a comunidade do Recanto do Laranjo, um poço na Fazenda Retiro do Laranjo e em demais localidades que há relatos de problemas quanto a água dos poços na região do Laranjo. Que estes poços sejam comprovadamente por meio de laudos - feitos independentes mas com custeio da Vale - em local que a água ofertada seja potável. E que se os novos poços necessitar de obras para a conexão com a rede distribuição já existe no Recanto do Laranjo e nos demais locais que a Vale se responsabilize pela execução e custos destas obras. E que haja uma análise técnica da qualidade da água a ser realizada por empresa independente a ser apontada pela comunidade e com o custeio da Vale até que seja comprovado que as águas do rio Paraopeba sejam próprias para uso doméstico.
- Até que os novos poços sejam feitos pela Vale (com os recursos da empresa) e cumprindo as solicitações acima pontuadas demandamos que:
  - Seja fornecida água mineral para a comunidade com entrega domiciliar com regularidade e de acordo com a demanda de cada família.
  - Sejam fornecidas caixas d'água às propriedades e que estas sejam devidamente instaladas e abastecidas de acordo com as demandas de água das famílias.
  - A manutenção periódica das estradas da região, pois os próprios caminhões da Vale e terceirizadas têm danificado as estradas dificultado ainda mais o trânsito das pessoas atingidas no território.

Pompéu, 13 de novembro de 2020.

Comunidades atingidas da região do Laranjo



## **CARTA DA COMUNIDADE DA REGIÃO DO BAÚ, FAZENDINHAS BAÚ e CACHOEIRA DO CHORO (POMPÉU)**

11 de novembro de 2020

Nós, comunidade da Região do Baú e Fazendinhas Baú, localizada no município de Pompéu, manifestamos nossa profunda insatisfação em relação a Vale. A maioria dos proprietários de Fazendinhas Baú são sitiantes, donos de chácaras que compraram seus terrenos para terem lazer e qualidade de vida. A escolha do local para ter uma chácara foi devido ao rio Paraopeba e ao que ele proporcionava. Muitos que no momento de pandemia gostariam de estar em suas chácaras e, devido ao rompimento, a insegurança quanto a água dos poços artesianos, não tem ido à região.

A insegurança quanto à qualidade da água subterrânea apenas aumentou, com constantes relatos de problemas gastrointestinais e problemas de pele, situação totalmente fora do normal. Esta situação já seria o suficiente para afastar da comunidade todos os sitiantes, mas também traz perdas econômicas e de saúde a tantos de nós, que aqui moramos e desenvolvemos atividades produtivas.

A insegurança da qualidade da água afetou diretamente a procura por aluguel em nossas propriedades, aonde muitos buscavam o mesmo descanso e qualidade de vida que nos atraiu. Além disso, deixamos de poder vender parte da nossa produção para os turistas que vinham em peso à nossa região antes do rompimento.

A produção para consumo próprio sempre foi uma importante atividade para a vida nas Fazendinhas Baú, tanto na pecuária quanto pelo cultivo de pequenas hortas. Estas atividades dependiam da água do Paraopeba e a utilização do poço para as mesmas importa em vários prejuízos: financeiro, que por si só já inviabiliza muitas das produções; e, se não bastasse, a péssima qualidade da água aliada à plantação acostuada à água bruta, resultou na morte de muitos cultivos.

É fato notório que as águas dos poços comunitários, principalmente o que abastece as Fazendinhas Baú I e II, tem apresentado coloração escura e forte odor, o que já é de conhecimento da empresa Vale S/A há muito tempo. Mesmo ciente da situação, tanto que fornece a água potável e mineral para alguns moradores, a Vale S/A tem se negado a fornecer a água necessária a TODOS os moradores e sitiantes da região, muitos dos quais tiram seu sustento daqui.

Com um fornecimento irregular e apenas parcial, a entrega da água deixa de ser um paliativo importante para nós enquanto a situação do rio não é devidamente reparada, e passou a ser fonte de discórdia e humilhação. Temos moradores que precisam do fornecimento de água mineral, mas tem que implorar para receberem um pouco da água potável distribuída ao gado. Tem gado precisando de água. E, aos que tem uma condição um

pouco melhor, resta comprar a própria água mineral, mesmo em meio a tantos prejuízos e desrespeito. Todos tem direito à água!

Reforçamos que a empresa Vale S/A conhece a localização de cada uma das criações, de cada uma das casas e benfeitorias em nosso território, já fez análises em nossos poços - alega que está tudo bem, mas não mostra os resultados suficientes a comprovar que nosso poço não foi contaminado e, claro, nunca bebe da nossa água quando nos visita. Por que??

### **Demandas:**

1. Solicitamos fardos de água mineral em quantidade suficiente para cada família residente e que estes sejam entregues considerando a realidade da região. Os sítios também têm direito a seguir usufruindo de suas propriedades aos finais de semana e por isso a entrega da água destes deve ser agendada para os finais de semana. Os moradores têm direito de consumir água sem medo e em quantidade suficiente que garanta sua permanência na região. Estes podem ter a entrega de água no meio de semana. A empresa precisa respeitar hora, data e local na entrega das águas para consumo humano.
2. A Vale S/A não pode cortar água sem ter uma justificativa, é preciso se criar outras formas de comunicação da empresa pois o 0800 não atende as demandas da região.
3. Solicitamos que as caixas d'água sejam entregues e instaladas pela Vale S/A dando prioridade aos residentes da região.
4. Solicitamos que a água potável e caminhão pipa seja fornecida e abasteça as caixas d'água até que a situação seja definitivamente resolvida, com poço confiável e a reparação do rio.
5. Solicitamos que este documento seja anexado nos relatórios da Comitativa, pois as pessoas atingidas das Fazendinhas Baú e Cachoeira do Choro (Pompéu) merecem ser escutadas e atendidas coletivamente, não são casos isolados de problemas no fornecimento de água pela Vale S/A e a empresa sabe exatamente onde estamos.





## CARTA DA COMUNIDADE DO CONDOMÍNIO ENCONTRO DAS ÁGUAS À VALE E AO JUIZ

12 de novembro de 2020

Nós, comunidade do Condomínio Encontro das Águas, localizado no município de Curvelo, próximo ao rio Paraopeba, manifestamos nossa revolta com relação à Vale S/A. Somos uma comunidade composta, em sua maioria, por sítiantes e donos de chácaras, que com muito esforço realizamos um sonho de vida ao adquirirmos um lugar tranquilo, aonde pudéssemos desfrutar de um pouco de paz e lazer com a família.

A escolha do condomínio foi, de forma unânime, pela proximidade com o rio e a possibilidade de pescar, nadar e usufruir da beleza natural de nossa comunidade. Não é preciso dizer que este sonho foi destruído pelo rompimento da barragem da Vale S/A, de forma irreversível para muitos que aqui não mais estão.

Mas, mesmo quem se mantém na localidade ou mantém a propriedade, enquanto aguarda a reparação e a retomada do lazer e tranquilidade que são a razão de ser do condomínio, não tem sequer os seus direitos mais básicos respeitados pela empresa, direitos que apenas fariam com que a vida no Condomínio ficasse menos sacrificada enquanto não podemos contar com o Rio Paraopeba.

Não bastasse termos sido largamente excluídos pelo pagamento emergencial, nem mesmo a responsabilidade pela nossa água é assumida pela Vale S/A. Temos dois poços artesianos comunitários, localizados a menos de 100 metros do rio e até hoje a empresa não se dignou a apresentar um dos vários exames laboratoriais que alega fazer. A Vale já veio diversas vezes à comunidade, vem, coleta e nunca mais dá notícia.

Sem qualquer certeza e comprovação técnica quanto à qualidade de água, vários condôminos tem consumido apenas água mineral, que adquirem com seus próprios recursos; muitos passaram a adotar a medida depois de repetidos casos de doenças gastrointestinais e enjôos.

A empresa conhece nossas casas, conhece nossos poços, conhece os relatos dos adoecimentos e mesmo assim se nega a fornecer água mineral à quase totalidade do condomínio!

O custo da água mineral é pesado para muitas de nossas famílias, e esse não é o único prejuízo que os atingidos são obrigados a arcar. A água bruta que antes era captada no rio regava nossas hortas, que agora já estão mortas. Alguns de nós criava peixes em tanques e lagos, apenas quem furou o próprio poço artesiano conseguiu seguir com a atividade; os demais, perderam a criação.

## **Temos direito à resposta e água!**

O custo de não podermos contar com nossos poços artesianos para beber e cozinhar, além de não podermos usar a água do rio, é insustentável e um verdadeiro desrespeito. Não pedimos por nada disso! Estamos cansados de ligar no 0800 da empresa e não obter respostas efetivas. A verdade é que enquanto não comprovarem por “A + B” que a água do poço é própria para consumo, a Vale tem que respeitar a VIDA HUMANA e se dignar a, pelo menos, garantir a segurança hídrica dos que foram atingidos por sua negligência.

Temos direito a ter a água que tínhamos antes do rompimento e não dependíamos da Vale S/A para nada. Exigimos respostas claras, transparência quanto aos critérios, cronograma, quantidade e por quê cada um de nós mereceria o tratamento que a Vale S/A nos dispensa: sem água mineral e sem fornecimento de água potável, sem rio e com poços artesianos sob suspeita.

É a Vale quem decide isso? O que a Justiça tem a dizer sobre a **ÁGUA NO NOSSO CONDOMÍNIO**, com as nossas particularidades?

### **DEMANDAS:**

- Que sejam perfurados dois novos poços artesianos, com todos os custos de instalação e distribuição sob responsabilidade da Vale S/A;
- Que a Vale S/A faça as análises desses poços e apresente constantemente os resultados;
- Que qualquer custo inerente a necessidade desses dois novos poços, como a sobrecarga de energia e instalação de nova rede de energia, seja reconhecido, executado e assumido pela empresa;
- Até que os poços estejam prontos e a água comprovadamente própria para consumo, que a empresa forneça água mineral e água potável a todos os condôminos, respeitando a diversidade do uso e necessidade de cada família;
- Respeitar a diversidade significa tipo e quantidade de água conforme acordado com cada família, com critérios isonômicos e levando em consideração as atividades produtivas, número de frequentadores e intensidade do uso, bem como a escala e horários previamente combinados com cada uma das famílias atingidas;
- Que a empresa forneça e instale as caixas d'água necessárias para o fornecimento de água potável em cada um dos lotes cujos atingidos assim requeiram;
- Que a via de acesso (040) e vias internas do condomínio tenham constante manutenção por parte da empresa, considerando o fluxo de caminhões pesados da Vale S/A e terceirizadas na região.

**Que essa carta seja apresentada e anexada aos relatórios da visita em campo no dia 12 de Novembro. Que chegue na íntegra ao juiz! Acreditamos na Justiça.**

## **CARTA DAS COMUNIDADES DE NOVILHA BRAVA E CAMPO ALEGRE À VALE E AO JUIZ**

Nós, comunidades de Novilha Brava e Campo Alegre, localizadas às margens no rio Paraopeba, no município de Pompéu, questionamos a afirmação da empresa Vale que na última audiência judicial ocorrida no dia 06 de outubro afirmou perante o juiz que não estava fornecendo água para as pessoas atingidas por não encontrar a localização das casas destes. Somos uma comunidade com poucas residências e há algumas pessoas sendo atendidas pela Vale na região. Muitos de nós fomos insistentemente em escritórios da Vale no ano de 2019 em municípios diversos, entregamos diversas documentações e muitos têm sido os desafios para que sejamos reconhecidos como pessoas atingidas. Tanto indo presencialmente nos escritórios, quanto pelo 0800 ou mesmo com presença de terceirizadas da Vale em algumas de nossas casas, não garantiu que nos fosse fornecido o que nos é de direito.

### **E a nossa água?**

As propriedades das comunidades possuem cisternas próprias, particulares para o abastecimento de água. Há uma insegurança quanto à qualidade da água destas cisternas pois tem apresentado em alguns dias a cor escura e cheiro forte, especialmente em época de chuva. As cisternas localizam-se próximas ao rio Paraopeba e o córrego Novilha Brava que é um dos afluentes do Paraopeba. Quando chove as águas do rio Paraopeba sobem para o córrego Novilha Brava. Em algumas propriedades presenciamos que começou a surgir depois do rompimento, especialmente após o período chuvoso, uma lama bem específica às nas margens do córrego Novilha Brava.

Tem ocorrido na região casos diversos de abortos de vacas sendo que estas consumiram a água do rio Paraopeba. Há também caso de grande quantidade de cães morrerem inesperadamente após consumir água na região. Além de perdas econômicas há uma grande insegurança na comunidade quanto a situação da água. Isso fez com que os proprietários deixassem de plantar hortas e pomares, de criar galinhas e animais domésticos também para consumo próprio. E quando pessoas ligam para o 0800 da Vale ou questionam funcionários de terceirizadas da empresa quando estão no território, argumentam que não temos direitos. Alegam que somente propriedades que estão 1km do Rio Paraopeba teriam direito a receber água. Mas, não são também todas que estão recebendo. Toda a comunidade tem vivenciado o medo do que possa ter nas águas, o medo de terem a saúde prejudicada ao consumir a água ou ingerir plantas e animais que consumirem as águas do rio, do córrego e das cisternas já que como relatamos há diversos indícios que sustentam nossa desconfiança. E os que tem condições tem comprado água mineral para consumo domiciliar, mas não tem mais condições de manter hortas, pomares e animais. Não concordamos com a alegação do 1km para a questão da água e achamos desrespeitosa a forma como temos sido negligenciados pela empresa.





## **Demandas**

Enfatizamos que nós, comunidades de Novilha Brava e Campo Alegre, atingidas pelo rompimento da barragem da Vale não temos sido atendidas satisfatoriamente pela empresa responsável por nos causar tantos danos. E esperamos justiça tanto para as medidas emergenciais como o pagamento do auxílio emergencial com os novos critérios quanto ao fornecimento de água. Até que se tenha comprovação técnica independente e confiável de que as águas das cisternas sejam próprias para consumo humano, assim como que as do córrego Novilha Brava e Paraopeba sejam próprias dessedentação animal e irrigação de hortas e pomares, temos direito ao fornecimento de água com qualidade confiável e em quantidade que atenda às nossas demandas. Por isso demandamos:

- Que sejam fornecidas caixas d'água às propriedades e que estas sejam devidamente instaladas e abastecidas de acordo com as demandas de água das famílias.
- Que seja fornecida água mineral para a comunidade com entrega domiciliar com regularidade e de acordo com a demanda de cada família.
- Que seja garantida a realização regularmente análises técnicas independentes das águas regularmente no córrego Novilha Brava, Rio Paraopeba e cisternas.
- A manutenção periódica das estradas que dão acesso a comunidade (desde a rodovia até as vias de tráfego da comunidade), visto que há danificação realizada pelos próprios caminhões da empresa.
- Que as estradas, destruídas pelos caminhões da Vale, sejam constantemente reparadas.

Demandamos também que essa carta seja acrescentada aos relatórios a serem realizados pela Visita de Campo e entregues ao juiz.

Pompéu, 11 de novembro de 2020.

Comunidades atingidas de Novilha Brava e Campo Alegre





## CARTA DO PA QUEIMA-FOGO À VALE E JUIZ

A comunidade do PA Queima-Fogo, situada às margens do Rio Paraopeba no município de Pompéu, vem mais uma vez comunicar a situação desesperadora que passou a vivenciar após o rompimento da Barragem de Brumadinho.

Somos uma comunidade rural, que sempre desenvolveu em nosso território várias atividades produtivas como o plantio de milho, cana, pecuária, avicultura, além de laticínios e também prestação de serviços em toda a região.

Quando perdemos o rio e as plantações no nosso terreno mais fértil, devido ao rompimento da barragem, era apenas JUSTO que a empresa Vale S/A realizasse o pagamento emergencial, fornecesse a silagem para nossas criações e, principalmente, fornecesse a água potável necessária para a comunidade enquanto a situação de calamidade do rio não fosse reparada.

Tanto é que a própria empresa, em acordo com nossa comunidade, se responsabilizou por uma importante obra de canalização e distribuição de água em todos os lotes do Queima-Fogo. Embora atrasadas, as obras estão em curso e funcionários da Vale e terceirizadas se fazem presentes cotidianamente por aqui. Ainda assim, seguimos sem água, esperando ansiosamente pela conclusão e transparência desta obra.

Como pode a Vale S/A dizer, perante o juízo, conforme consta da audiência do último dia 6 de outubro, que não consegue encontrar a localização das nossas casas?

Diante da execução de tal obra, que levará água DE PORTA EM PORTA em nossa comunidade, e em razão da qual já foram feitos o mapeamento, georreferenciamento e cadastro da comunidade por parte da Vale, é inadmissível e revoltante que a empresa se negue a fornecer água potável para qualquer pessoa no PA Queima-Fogo sob o argumento de que “não consegue achar a casa”.

### **Relacionamento com a empresa**

Somos uma comunidade com difícil acesso à internet e também pouco sinal de telefone, para se comunicar com a empresa muitas vezes temos que nos deslocar até a cidade. Isso não quer dizer que não devemos ser tratados com o devido respeito pela empresa, que vem fornecendo diferentes respostas e promessas às pessoas atingidas daqui, a depender se a conversa é gravada no 0800 ou se é uma conversa pessoal, no Queima-Fogo, individualmente e sem qualquer registro.

Muitos da nossa comunidade tiveram o pagamento emergencial negado de forma evasiva, além de longos períodos sem resposta, com nossos pedidos “em análise”. Muitos quando receberam uma resposta, se receberam, foram informados que havia algum erro de documento e também que o prazo para qualquer complementação ou retificação tinha sido encerrado. Após meses de silêncio por parte da empresa! Também após o prazo ser declarado encerrado, vários pagamentos vem sendo constantemente cancelados, sob a justificativa de que a empresa detectou algum erro de documentação e, novamente, não é possível fazer nada.

Da mesma forma, informações sobre o fornecimento de água potável e mineral são dadas de forma aleatória, não se sabe quem, nem quando e nem quanto receberá, sendo inadmissível tratar o bem mais INDISPENSÁVEL para a vida dessa forma, após perdermos, de forma injusta e violenta, o acesso ao rio e água limpa.

Diante disso, a comunidade do PA Queima-Fogo exige:

- Instalação das caixas d'água fornecidas e abandonadas no território
- Fornecimento de água mineral que ATENDA À DEMANDA FAMILIAR
- Fornecimento de água potável a todas as casas e criações de animal, de forma transparente, igualitária e regular, conforme demanda domiciliar e produtiva.
- Que todas as tratativas da empresa no território sejam feitas de forma pública, à luz do dia e oficializadas e registradas, respeitando nossa integridade e união.
- Demandamos também que essa carta seja acrescentada aos relatórios a serem realizados pela Visita de Campo e entregue ao juiz

Pompéu, 10 de Novembro de 2020